Renata Peixoto de Oliveira
(UNILA-Brasil)

Petróleo, Democracia e a agenda social na era Chávez: a Revolução em busca de legitimidade

"Trabajo preparado para su presentación en el VII Congreso Latinoamericano de Ciencia Política, organizado por la Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP). Bogotá, 25 al 27 de septiembre de 2013."

PANEL 3 : DALC
TEMA: LA DIMENSIÓN SOCIAL DE LA DEMOCRACIA EN PERSPECTIVA COMPARADA

Correio eletrônico: renata.oliveira@unila.edu.br

Petróleo, Democracia e a agenda social na era Chávez: a Revolução em busca de legitimidade[1]

Com este artigo pretende-se demonstrar como as mudanças político-institucionais promovidas pelo governo Chávez instituíram um novo modelo de democracia, marcado por mecanismos participacionistas, com a missão de propagar a Revolução Bolivariana. Inerente a este processo, o governo realizou uma série de reformas no setor energético, visando assegurar o maior controle estatal em relação ao setor petroleiro, principal atividade econômica do país. O governo Chávez, a partir da erosão da partidocracia que marcou o regime *puntufijista*, e construção de um novo regime, mais centralizado, primou pelo aumento de gastos sociais, oriundos, principalmente, da receita petroleira. Assim sendo, a Revolução promovida por Chávez assenta-se sobre as mudanças políticas promovidas pelo governo e, principalmente, encontra sua base de legitimidade no grande número e alcance dos programas sociais.

Palavras-Chave: Democracia participativa, reforma petroleira, Revolução Bolivariana, *Misiones*, Sistema Político.

Oil, Democracy and the Chávez era social agenda: the Revolution pursue of legitimacy
With this article we intend to demonstrate how political and institutional changes promoted by Chávez Government created a new model of democracy, characterized by participatory mechanisms, with the goal of expand the Bolivarian Revolution. As a part of this process, the government promoted a series of reforms in the energetic sector, focusing on a greater oil state control, the country most important economic activity. Chávez government, from the *Punto Fijo* partidocracy erosion, and the new regime, more centralized, promoted the rise of social expenditures originated, mainly, from the oil revenues. Therefore, Chávez Revolution, was built on the political changes promoted by its government, and, most important, finds its legitimacy in a variety of grand range social programs.

Key words: participatory democracy, oil reforms, Bolivarian Revolution, *Misiones*, Political System.

1. Tempos de crise e mudanças profundas

Existem importantes antecedentes que explicam a ascensão de Chávez no fim dos anos 1990. Gradualmente, e na medida em que a modernização econômica e a urbanização avançavam a estrutura social, característica da época do *Pacto de Punto Fijo* foi se desintegrando para dar lugar a outra mais heterogênea e complexa, com

[1] Este artigo origina-se da pesquisa realizada para minha tese de doutoramento em Ciência Política no Departamento de Ciência Política da UFMG, intitulada "Velhos fundamentos, novas estratégias? Petróleo, Democracia e a Política Externa de Hugo Chávez (1999-2010)". 2011.

amplas parcelas da população ficando à margem do sistema político, sem canais de representação formal. Com efeito, o sistema partidário e as regras eleitorais, longe de promoverem a incorporação dos novos segmentos, contribuíam para sua exclusão e para a perpetuação de oligarquias políticas e interesses corporativos. Com o passar do tempo, o regime foi perdendo legitimidade na mesma proporção em que crescia a corrupção e a população perdia confiança nas instituições, particularmente nos partidos. Durante o regime de *Punto Fijo*, sobretudo no período compreendido entre 1974 e 1988, emergiram novos atores políticos como o *Movimiento Al Socialismo (MAS)*, e movimentos sociais que construíram identidades e concepções de cidadania distintas às que vigoravam anteriormente. Esses novos atores procuraram se inserir em um sistema caracterizado por um executivo forte que garantia cooperação política através da alocação de benefícios da renda petroleira e pela centralização, proveniente do predomínio de AD e Copei no congresso nacional.

A crise que explodiu na década de oitenta foi resultado de graves problemas nos cenários doméstico e internacional. Em 1977, ocorreu uma desaceleração da economia, prenúncio do que estaria por vir, mas nessa ocasião o fato de o país ter altas reservas internacionais, por conta das elevadas receitas obtidas com o petróleo durante o período de bonança, retardou a percepção dos entraves estruturais (LANDER, 1996:50). A partir de 1989, o executivo perdeu apoio no Congresso Nacional, uma vez que a queda da renda petroleira diminuiu o fluxo de recursos que sustentava a prática clientelista e, conseqüentemente, as oportunidades *rent-seeking*. Isto, ao mesmo tempo em que a natureza anti-popular das reformas neoliberais fazia aumentar os custos políticos da adesão ao oficialismo. Além disso, o bom desempenho de novos atores políticos nas eleições regionais e locais, realizadas em 1989, reduziu ainda mais a base de sustentação do governo (PUENTE; GOMEZ & PAVEL, 2009, p.16-19).O ponto culminante da crise econômica se deu justamente neste segundo governo Pérez, marcado por escândalos de corrupção e pela impopularidade de sua política econômica, além da resistência popular aos pacotes ortodoxos, conhecidos como "*El gran Viraje*" [2] e o "*Paquetazo*" (KARL, 1997). Com estes pacotes pretendia-se o restabelecimento do equilíbrio macro-econômico em curto prazo e o pagamento da dívida externa, além de incentivar a diversificação da pauta exportadora – extremamente dependente do petróleo, um produto em baixa no mercado internacional (LANDER, 1996, p. 51). A instabilidade política e a resistência às reformas econômicas culminaram no chamado "*Caracazo*", uma onda de protestos, saques e confrontos violentos entre a sociedade civil e os militares. A especificidade venezuelana deve ser avaliada contra o pano de sua trajetória pregressa. Nesse país, mais do que em quaisquer outros, a idéia da intervenção do Estado na economia gozava de ampla legitimidade, tanto pela natureza de seu setor exportador, como pelo generoso atendimento das demandas setoriais, corporativas e privadas dos interesses incorporados à rede clientelística tecida através do Pacto de Punto Fijo. A própria eleição de Carlos Andrés Pérez para um segundo mandato (1989-1993) esteve precedida pela expectativa de que o candidato iria reeditar as medidas de seu primeiro governo, o que acabou não acontecendo.

Embora a implementação das reformas tivesse por objetivo sanar os principais problemas econômicos do país, na realidade, seus efeitos agravaram a crise. Para DiJohn, as reformas econômicas abalaram a lógica de uma sociedade, até então, rentista, já que ao romper com o desenvolvimentismo para liberalizar a economia e realizar a descentralização política, diminuiu-se a autoridade discricionária que tinham as lideranças políticas para "criar e distribuir renda". Reduziram-se, drasticamente, as

[2] A aprovação do pacote não passou pelo Congresso Nacional. Sua inspiração remonta a uma série de recomendações feitas pelo Fundo Monetário Internacional em 1987.

lealdades com relação ao sistema partidário, que não era mais eficaz na distribuição da receita advinda do petróleo e no recurso à patronagem (DIJHON,2004,p.02-05).

As diferenças sociais se tornaram diferenças políticas, acirrando o processo de polarização e fazendo com que a sociedade civil organizada se transformasse em importante ator sociopolítico (GUADILLA, 2006, p.38-41). Estava formado o pano de fundo para o surgimento de um dos personagens mais intrigantes no cenário latino-americano nas últimas décadas, o então tenente-coronel Hugo Chávez Frías.

É sabido que Hugo Chávez ganhou notoriedade internacional quando, juntamente a outros militares do Movimento V República (MVR)[3], de orientação marxista, arquitetou um golpe contra o presidente Carlos Andrés Pérez para romper com o passado político oligárquico do país (GOTT,2005). Em 1992, Chávez foi preso[4] mas, foi exatamente naquele momento que nasceu o "Chávez político", já que a partir desses episódios, sua popularidade aumentou, permitindo sua ascensão enquanto uma nova força política no país.

O desgaste do regime se acentuou com o processo de *impeachment* a que foi submetido Carlos Andrés Pérez no final de seu mandato, sob acusações de corrupção em seu governo (GOTT, 2005). Naquele contexto, as eleições presidenciais de 1993 refletiram a conturbada situação política do país, ao apresentarem uma taxa de abstenção eleitoral de mais de 40%, bem maior do que a de 1988 que foi de 18,1 % (HELLINGER, 2007). O novo presidente eleito, Rafael Caldera, presidente pelo Copei na década de 1970, procurou se desvincular do velho partido, fundando o "C*onvergencia"*. Em que pese seu prestígio pessoal para manter certo grau de coesão social e a melhoria de alguns indicadores econômicos, o presidente não conseguiu contornar a crise (LANDER, 1996, p.69). Em seu governo, os militares rebeldes que planejaram o golpe contra o presidente Pérez receberam um indulto presidencial no dia 26 de Março de 1994.

Não apenas na Venezuela, mas em toda a região as fragilidades da matriz neoliberal estavam expostas naquele momento, em um cenário de profunda desarticulação e de ausência de uma matriz sócio-política viável[5]. Por isso, a Venezuela atual não pode ser vista *descolada* do contexto regional, nem *deslocada* do contexto internacional, como se tratasse de um anacronismo. Seu modelo político e os rumos de sua Política Externa refletem uma crise de paradigmas diante do desencantamento com a economia e as instituições políticas em toda a região. Em 1998, Chávez, candidato pelo *Polo Patriótico*, uma aliança popular formada por partidos de esquerda como *Patria para todos, Partido Comunista* e *Movimiento al Socialismo* (MAS) venceu as eleições presidenciais. É consenso que o distanciamento político de Chávez com relação à política tradicional, e sua postura anti-sistêmica e crítica das reformas neoliberais, foram os fatores responsáveis pela sua vitória eleitoral.

---

[3] Inicialmente o MVR anteriormente conhecido como Movimento Bolivariano Revolucionário 200 (MBR-200), foi criado dentro do Exército em 1982 com o nome original EB-200 (Ejercito Bolivariano-200) quando se completou 200 anos do nascimento do herói nacional (GOTT, 2005).

[4] Em Novembro do mesmo ano ocorreu uma nova tentativa de golpe, também fracassada. Dessa vez sem contar com a participação do Tentente-Coronel e com o apoio de grande parte da população (KOSLOFF, 2007).

[5] Ver. Garreton, Antonio Manuel; Cavarozzi, Marcelo; Cleaves, Peter; Gereffi, Gary, Hartlyn, Jonathan. América Latina no século XXl. FGV.2007

2. Mudanças político-institucionais, governabilidade e legitimidade do governo Chávez

Segundo Alvarez (2006, p.21) a partidocracia foi substituída por um regime personalista que representou a vitória política dos militares e dos partidos de esquerda. O maior desafio para Chávez não era demover as velhas instituições políticas, mas sim, criar uma nova institucionalidade. Entre 1999 e 2003,a sociedade venezuelana se polarizou, sendo este um período de grande instabilidade política e concentração de poder. Novos grupos surgiram para dar sustentação ao novo regime, como a chamada *boliburguesia*, termo cunhado pelos opositores para determinar a nova "oligarquia" bolivariana, além dos militares (PUENTE, GOMEZ & VERA, 2009,p.19-24).

Chávez contou com forte oposição, representada pelos meios de comunicação privados além de outros atores remanescentes da velha ordem institucional como os partidos AD e COPEI, a Fedecâmaras, a CTV, igreja, banqueiros e grupos de interesse internacionais. Esta oposição também encontra representantes na esquerda, como o *Bandera Roja*, um antigo grupo marxista. A atuação das forças oposicionistas na Venezuela, marca a era Chávez como um período de intenso conflito, desobediência civil, ataques na mídia e sabotagens. O primeiro ano de governo já foi marcado por inúmeros e intensos protestos da oposição e mesmo de setores da população que exigiam transformações radicais da sociedade venezuelana.

Mas Chávez teve uma importante base de apoio formada pelo PSUV, partido criado por ele próprio em 2008, pelo Partido Comunista Venezuelano, por organizações sociais, como os círculos bolivarianos, os comitês de saúde, cooperativas, estudantes, micro empresários organizados em torno da EMPREVEN, Central Socialista de Trabalhadores, União Nacional de Trabalhadores e militares (MORAES, 2010,p.02). A partir de 2004, o presidente se fortaleceu e o poder se concentrou no PSUV, personalizando o processo de tomada de decisões.

> *Grâce au contrôle de la majorité du Parlement, M. Chávez s'est doté de toutes sortes de lois lui permettant d'intervenir à plusieurs niveaux de l'administration publique. De plus, étant donné que le Parlement est chargé de voter la composition d'autres branches de l'État, il a fait élire certains de ses proches à la tête des pouvoirs judiciaire, électoral et moral. Dans l'histoire démocratique de ce pays, le pouvoir n'a jamais été aussi concentré. Pour M. Chávez, il s'agit certainement de disposer d'une panoplie considérable de moyens lui permettant de juguler ses opposants tout en évoquant une légitimité évanescente* (CIVIDANES ,2004)

Neste embate entre chavistas e opositores, o "fiel da balança" são os setores mais radicais que se dividem entre aqueles que "empurraram" Chávez para o socialismo e aqueles que decidiram engrossar as fileiras da oposição (MORAES, 2010,p.02). O que pode explicar a ascensão política e permanência de Chávez no poder por 14 anos foi o próprio fato de que ele

> (...) chegou ao poder no momento de forte descontentamento dos movimentos sociais com a democracia limitada puntofijista associada com o neoliberalismo excludente. Também podemos dizer que Chávez permanece

> no poder por que atende diversas reivindicações populares desconstruindo o neoliberalismo com políticas social-democratas (MORAES, 2010:14).

Além da recuperação das condições de governabilidade no país, ocorreu um novo *boom* petroleiro que beneficiou o governo Chávez em meados da década de 2000 (PUENTE, GOMEZ & VERA, 2009,p.20-23). Em 26 de Setembro 2010, foram realizadas eleições para a Assembleia Nacional e dos 165 deputados eleitos, 98 faziam parte da coalizão governista liderada pelo PSUV. O desempenho da base governista foi pior do que o esperado, mas deve-se considerar que nas eleições anteriores a oposição se absteve de participar. O pior desempenho eleitoral dos governistas representou um freio para Chávez, mesmo assim, ainda conta com a maioria.

Nos primeiros meses de governo, o presidente Chávez procurou desmantelar o que restava do antigo modelo político, construindo um marco legal que lhe permitisse maior margem de manobra política. Um importante passo foi dado nessa direção em abril de 1999, com a proposta de reforma constitucional e de realização de um referendo para sua aprovação. O referendo ocorreu no dia 15 de dezembro e, apesar da alta abstenção, 55,63% dos eleitores não compareceu às urnas, a nova Constituição foi aprovada com 71,78% dos votos[6].

Ao longo de mais de uma década no poder, Chávez colecionou quatro vitórias eleitorais (1998, 2000,2006 e 2012), e saiu vitorioso em quatro referendos (dois em 1999, um em 2004 e outro em 2009). Carregando como principal derrota, nestes anos de governo, aquela que sofreu no referendo constitucional de 2007[7].

O primeiro referendo tinha como objeto a convocação da Assembléia Constituinte, o segundo, realizado também em 1999, se destinava a aprovação da Constituição Bolivariana. Em 2004, foi realizado o referendo revogatório de mandato no qual Chávez saiu vencedor. E em 2009, venceu um referendo sobre reeleição indefinida para alterar o dispositivo do seguinte artigo:"*Artículo 230. El período presidencial es de seis años. El Presidente o Presidenta de la República puede ser reelegido, de inmediato y por una sola vez, para un período adicional".*

As vitórias chavistas foram peça fundamental para legitimar a construção, a partir da Constituição de 1999, de um novo regime político democrático no país. O triunfo no referendo de 2004 foi particularmente importante para o regime, a partir de então Chávez passou a ter maior margem de manobra doméstica e conseguiu uma maior projeção internacional. De acordo com Sullivan:

> *With a turnout of about 70% of registered voters, President Chávez won the recall referendum convincingly with 5.80 million people voting "no" to reject his recall, or 59.25% of the vote, and 3.989 million people, or 40.74%, voting "yes" in favor of his recall. Observers from the OAS and the Carter Center maintained that these results were compatible with their own quick count results. The opposition claimed that massive fraud had taken place and cited their exit polls showing that 59% had voted to recall President Chávez. The Carter Center and the OAS conducted a second audit of the vote on August 19-21 and concluded that the vote results*

[6] Resultados de eleições e referendos na Venezuela podem ser obtidos no banco de dados das Américas da *University of Georgetown*.

[7] Em 2007, o governo sofreu sua primeira derrota significativa, pois não conseguiu aprovar, via referendo, uma polêmica reforma constitucional.

> *announced by the CNE reflect the will of the Venezuelan people* (SULLIVAN, 2009:07).

Enquanto nos anos 1980 e 1990, a atenção estava voltada para o processo de transição e consolidação democrática na América Latina, a democracia representativa venezuelana já estava em crise.

> Para um grande número de países da América Latina e do Caribe, o final da década de 80 do século passado representou o fim de um longo período de regimes ditatoriais. Busca-se, a partir de então, transitar para uma possível consolidação democrática na região. Mas, essa não foi a trajetória política da Venezuela. A história do país aponta que a ditadura militar dava seus últimos suspiros em 1958, representada pela figura de Marcos Pérez Jimenez, o qual governou o país desde 1948. Há outro componente importante que devemos levar em conta quando analisamos a democracia venezuelana. O período de 1958 a 1989 é um período de busca de consolidação da democracia representativa, a qual será, paradoxalmente, colocada em xeque em função da baixa capacidade de resposta aos problemas sociais e políticos vigentes no país a partir de 1989. Isso significa dizer, por outro lado, que enquanto muitos países da América Latina e do Caribe estão lutando pela implantação da democracia representativa até o final da década de 80 do século passado, amplos setores da sociedade venezuelana estariam questionando esse mesmo modelo de democracia restrita, reivindicando, dessa forma, o aprofundamento da democracia (MENDES, 2006:5-6).

Diante da irreversível crise de legitimidade e governabilidade do regime de *Punto Fijo* e com o colapso do socialismo real, o debate em torno da qualidade da democracia ganhou espaço no mundo acadêmico. Também na Venezuela, críticas deferidas ao modelo procedimentalista ou minimalista abriram espaço para a discussão de concepções de democracia que destacavam problemáticas tais como, desigualdade social, pouca inclusão política e ineficácia governamental.

> As diretrizes políticas estabelecidas no Pacto de Punto Fijo teriam funcionado durante anos como uma pá de chumbo, colocada encima dos conflitos e desigualdades sociais gritantes, impedindo que uma grande maioria de cidadãos pudesse acessar os canais de participação política do país (MENDES, 2006:08).

A emergência dos movimentos sociais e a mobilização da sociedade civil foram fundamentais para a busca de modelos alternativos à democracia liberal associada à economia de mercado. Dessa forma, a democracia liberal, representativa, foi cedendo espaço para a construção de uma democracia participativa no país[8]. A comunidade também ganhou centralidade como fórum de debate e participação política através dos círculos bolivarianos, da criação de cooperativas de trabalhadores e por ser uma espécie de laboratório para implementação dos diferentes projetos que compõem as *misiones*, que garantem legitimidade e longevidade ao próprio regime. As escolas bolivarianas e os círculos bolivarianos se transformaram em importantes polos irradiadores dos valores apregoados pela Revolução chavista. Os círculos bolivarianos, por sua vez, visam à divulgação dos ideais da Revolução e a leitura, interpretação e discussão da Constituição da República Bolivariana da Venezuela, além de ser um espaço para que a comunidade discuta seus problemas.

---

[8] É importante ressaltar que a adoção de instituições e mecanismos participativos, seja na Venezuela ou em outros países como Equador e Bolívia, coexiste com as instituições tradicionais de representação.

O debate sobre a Democracia, em sua vertente participativa, leva em conta a ação política dos movimentos sociais objetivando a ampliação da esfera política através da redefinição de práticas societárias (PEREIRA & ERNANI,2008,p.50-52).

> O projeto político-participativo procura ampliar a noção da política, ao reconhecer uma heterogeneidade de atores, práticas e temas. O reconhecimento de novas práticas políticas e a emergência de novas temáticas, já afirmado por Santos e AVRITZER (2003) são um contraponto à proposta neoliberal de limitação da noção da política, através da redução dos terrenos, sujeitos, temas e processos considerados como constituidores da política (DAGNINO, OLIVEIRA E PANFICHI, 2006: 58). "Através da organização da sociedade civil, novas práticas democráticas se desenvolveram, preponderantemente, as formas de participação direta nos processos de articulação, deliberação e definição de estratégias de ação". (PEREIRA & ERNANI,2008,p.56)

Na Venezuela, a Constituição de 1999 representa bem a adoção do modelo participativo. A atual constituição venezuelana não prima pela defesa da democracia representativa como a anterior, pois procura avançar trazendo outra concepção de democracia. Difere do modelo liberal de democracia que a carta constitucional de 1961 incorpora nas suas disposições fundamentais, ao estabelecer:

> *Art. 3. El gobierno de la República de Venezuela es y será siempre democrático, representativo, responsable y alternativo.*
>
> *Artículo 5. La soberanía reside intransferiblemente en el pueblo, quien la ejerce directamente en la forma prevista en esta Constitución y en la ley, e indirectamente, mediante el sufragio, por los órganos que ejercen el Poder Público.*
>
> *Artículo 6. El gobierno de la República Bolivariana de Venezuela y de las entidades políticas que la componen es y será siempre democrático, participativo, electivo, descentralizado, alternativo, responsable, pluralista y de mandatos revocables.*

A partir do novo marco constitucional, a adoção de mecanismos "participacionistas" pelo governo Chávez incluiu a possibilidade de se realizar referendos para revogação de mandatos. Por exemplo, no que se referem aos requisitos para se revogar o mandato presidencial, precisa-se ter passado metade do mandato, e obter a assinatura de 25% do eleitorado inscrito que participou na escolha da autoridade cujo mandato está sendo questionado. No referendo revocatório é necessário o comparecimento de 25% do eleitorado às urnas, e para que o mandato seja, finalmente, revogado, deve-se obter uma votação superior àquela obtida pelo mandatário quando eleito. (COMBELLAS, 2004,p. 77).

Além deste mecanismo, existem outros mecanismos "participacionistas" e que permitem, inclusive, a revogação ou ratificação de leis e tratados internacionais, a participação da sociedade civil em órgãos de controle e prestação de contas; iniciativa legislativa; co-gestão em governos locais e o reconhecimento da autonomia das comunidades indígenas.

> *Artículo 70. Son medios de participación y protagonismo del pueblo en ejercicio de su soberanía, en lo político: la elección de cargos públicos, el referendo, la consulta popular, la revocatoria del mandato, la iniciativa*

> *legislativa, constitucional y constituyente, el cabildo abierto y la asamblea de ciudadanos y ciudadanas cuyas decisiones serán de carácter vinculante, entre otros; y en lo social y económico, las instancias de atención ciudadana, la autogestión, la cogestión, las cooperativas en todas sus formas incluyendo las de carácter financiero, las cajas de ahorro, la empresa comunitaria y demás formas asociativas guiadas por los valores de la mutua cooperación y la solidaridad.*
>
> *Artículo 72. Todos los cargos y magistraturas de elección popular son revocables* (VENEZUELA. Constituição de 1999).

Dentre as mudanças institucionais com o intuito de adotar mecanismos de participação popular, cabe destacar o papel dos Conselhos comunais, vinculados às comissões presidenciais de poder popular[9]. Estes são, na verdade, organizações sociais, criadas em 2006, com a função de autogestão e resolução dos problemas da própria comunidade. Problemas de habitação, por exemplo, são debatidos em seus Comitês de Terra Urbana (CTU). Em 2007, estimava-se existir 18.000 conselhos que participam da gestão de políticas públicas, da administração de recursos públicos e na formulação de projetos a serem financiados pelo governo. Os problemas resultantes da atuação destes conselhos, criados de cima para baixo, decorrem da possibilidade de serem usados para cooptação política, e por gerarem um embate entre objetivos técnicos e políticos, e até mesmo no que se refere às competências dos conselhos e do poder público municipal (GUADILLA,2008). A nova constituição introduziu mudanças no que se refere ao Poder Público:

> *Artículo 136. El Poder Público se distribuye entre el Poder Municipal, el Poder Estadal y el Poder Nacional. El Poder Público Nacional se divide en Legislativo, Ejecutivo, Judicial, Ciudadano y Electoral. Cada una de las ramas del Poder Público tiene sus funciones propias, pero los órganos a los que incumbe su ejercicio colaborarán entre sí en la realización de los fines del Estado.*

Neste quesito, é importante destacar a criação de novos poderes, como o *Poder Ciudadano:*

> *Artículo 273. El Poder Ciudadano se ejerce por el Consejo Moral Republicano integrado por el Defensor o Defensora del Pueblo, el Fiscal o Fiscala General y el Contralor o Contralora General de la República. Los órganos del Poder Ciudadano son: la Defensoría del Pueblo, el Ministerio Público y la Contraloría General de la República, uno o una de cuyos titulares será designado por el Consejo Moral Republicano como su Presidente por períodos de un año, pudiendo ser reelecto. El Poder Ciudadano es independiente y sus órganos gozan de autonomía funcional, financiera y administrativa. A tal efecto, dentro del presupuesto general del Estado se le asignará una partida anual variable. Su organización y funcionamiento se establecerá en ley orgánica.*

---

[9] Pela constituição de 1999 não existe "poder comunal", mas leis que lhes serviam de base. Em 2002, seriam tutelados pelo poder municipal, até se vincularem diretamente à Presidência da República (GUADILLA:2008).

O sistema presidencialista também sofreu algumas importantes alterações na nova Constituição. Um aspecto significativo é o fato de que o presidente pode, agora, nomear e remover seu vice (COMBELLAS,2004,p.73). O artigo 239 especifica as atribuições do vice-presidente, assim como suas principais funções:

> *Artículo 239. Son atribuciones del Vicepresidente Ejecutivo o Vicepresidenta Ejecutiva:*
> *1. Colaborar con el Presidente o Presidenta de la República en la dirección de la acción del Gobierno.*
> *(...)*
> *4. Presidir, previa autorización del Presidente o Presidenta de la República, el Consejo de Ministros.*
> *5. Coordinar las relaciones del Ejecutivo Nacional con la Asamblea Nacional.*
> *6. Presidir el Consejo Federal de Gobierno.*
> *(...)*

Muitos analistas acreditam que o presidencialismo teria sido reforçado através da nova constituição da República, em virtude da relação do executivo com as Forças Armadas, pela possibilidade de remoção do vice-presidente e da Assembleia Nacional dentre outros aspectos:

> *Artículo 236. Son atribuciones y obligaciones del Presidente o Presidenta de la República:*
> *(...)*
> *3. Nombrar y remover el Vicepresidente Ejecutivo o Vicepresidenta Ejecutiva, nombrar y remover los Ministros o Ministras.*
> *(...)*
> *5. Dirigir las Fuerza Armada Nacional en su carácter de Comandante en Jefe, ejercer la suprema autoridad jerárquica de ellas y fijar su contingente.*
> *6. Ejercer el mando supremo de las Fuerza Armada Nacional, promover sus oficiales a partir del grado de coronel o coronela o capitán o capitana de navío, y nombrarlos para los cargos que les son privativos.*
> *(...)*
> *8. Dictar, previa autorización por una ley habilitante, decretos con fuerza de ley.*
> *(...)*
> *21. Disolver la Asamblea Nacional en el supuesto establecido en esta Constitución.*
> *22. Convocar referendos en los casos previstos en esta Constitución.*
> *23. Convocar y presidir el Consejo de Defensa de la Nación.*

No que se refere à competência de dissolver a Assembleia Nacional, o artigo 240 cuida de sua regulamentação (COMBELLAS, 2004,p.78), estabelecendo as condições a serem preenchidas para a aprovação de moção de censura ou remoção do vice-presidente, e para a dissolução da Assembleia:

> *Artículo 240. La aprobación de una moción de censura al Vicepresidente Ejecutivo o Vicepresidenta Ejecutiva, por una votación no menor de las dos terceras partes de los integrantes de la Asamblea Nacional, implica su remoción. (...)*
> *La remoción del Vicepresidente Ejecutivo o Vicepresidenta Ejecutiva en tres oportunidades dentro de un mismo período constitucional, como consecuencia de la aprobación de mociones de censura, faculta al Presidente o Presidenta de la República para disolver la Asamblea Nacional. El decreto de disolución conlleva la convocatoria de elecciones para una nueva legislatura dentro de los sesenta días siguientes a su disolución.*

La Asamblea no podrá ser disuelta en el último año de su período constitucional.

Mesmo com avanços em relação ao aprofundamento da democracia e o próprio aumento da participação popular, distorções que iriam da apatia ao extremismo, ou à mera legitimação das decisões tomadas pelos governantes, são problemas recorrentes de uma sociedade altamente polarizada. (FLORES; COELHO; FILHO, 2010, p.01-03). Também em decorrência destes fatores a nova institucionalidade Venezuelana é alvo de severas críticas. Mesmo observando os limites do regime democrático anterior, uma democracia pactuada com forte concentração de poder, o regime chavista é considerado, por muitos, um grave retrocesso.

Para os críticos da democracia venezuelana, o conceito "democracia delegativa", difundido por Guillermo O'Donnell, caberia perfeitamente à democracia desse país, isto é, um regime democrático marcado pela polarização, constituída em um verdadeiro jogo de soma-zero entre a situação e a oposição, pela crescente concentração de poder no executivo que se coloca acima das outras instituições políticas, em um cenário marcado por fraca *accountability* horizontal, pelo plebiscitarianismo e isolamento dos interesses organizados.

Mesmo com as mudanças constitucionais e institucionais efetuadas pelo governo Chávez, ou por manobras da oposição que possam tê-lo beneficiado, o regime chavista encontrou, ao longo destes dez anos, importantes limites. O próprio desgaste de um governo há mais de uma década no poder, a resistência de diversos setores da sociedade com relação ao aprofundamento da Revolução Bolivariana, oscilações do preço do petróleo, ou mesmo um período de recessão econômica são todo fatores que, no conjunto, podem vir a enfraquecer a base de apoio e, consequentemente, a hegemonia da coalizão governista, ou até mesmo, no longo prazo, determinar o fim do regime venezuelano.

3. O novo uso da receita petroleira para os objetivos da Revolução: incremento das Políticas Sociais

Seja para fomentar processos de integração regional ou programas sociais, o petróleo venezuelano, se tornou, para o regime de Chávez, como para os governos da era anterior, o grande propulsor de suas estratégias e objetivos políticos. Deve-se levar em conta que a atual estratégia de inserção internacional venezuelana encontra no petróleo, não apenas uma importante arma geopolítica, mas a mola propulsora para estratégias de cooperação social e para a integração política regional. Diante da importância do setor petroleiro para a economia e para a política venezuelana, tanto no plano doméstico como no cenário externo, se faz necessário compreender as principais transformações realizadas pelo governo Chávez neste setor.

Dentre suas mudanças mais significativas, a constituição bolivariana previa alterações no marco legal petroleiro, visando retomar o crescimento do setor, garantindo uma maior participação do Estado. Desde a promulgação da primeira lei do setor a tendência foi garantir uma maior participação do Estado nos dividendos da receita

petroleira. O período de inflexão foi representado pela política de internacionalização da PDVSA nos anos 1980 e pela abertura realizada no governo Andrés Pérez na década de 1990. Seguramente a política de internacionalização da PDVSA, em algum sentido, se mostrou paradoxal à nacionalização que acabara de ser realizada. Essa estratégia conferia grande autonomia política àquela empresa, em um momento em que o ambiente internacional não se mostrava mais tão favorável aos países produtores de petróleo e em que a Crise da Dívida na América Latina dava seus primeiros sinais. Com Chávez, o papel político da PDVSA foi contrabalanceado pelo "empoderamento" do Estado, seja através do então Ministério de Energia ou pela atuação da própria presidência da República. O presidente passou a exigir maior transparência e redução de gastos na gestão da empresa estatal; que seu corpo diretor seguisse as determinações da nova lei de regulamentação do setor e que fosse praticada uma política de fortalecimento da OPEP.

Quanto ao setor de hidrocarbonetos, as principais mudanças da Constituição de 1999 estão condensadas no artigo 12 que versa sobre a propriedade das reservas:

> *Artigo 12. Los yacimientos mineros y de hidrocarburos, cualquiera que sea su naturaleza, existentes en el territorio nacional, bajo el lecho del mar territorial, en la zona económica exclusiva y en la plataforma continental, pertenecen a la República, son bienes del dominio público y, por tanto, inalienables e imprescriptibles. Las costas marinas son bienes del dominio público.*

O artigo 303 trata, específicamente, da propriedade estatal sobre a Petróleos de Venezuela S.A. (PDVSA):

> *Artigo 303. Por razones de soberanía económica, política y de estrategia nacional, el Estado conservará la totalidad de las acciones de Petróleos de Venezuela, S.A., o del ente creado para el manejo de la industria petrolera, exceptuando las de las filiales, asociaciones estratégicas, empresas y cualquier otra que se haya constituido o se constituya como consecuencia del desarrollo de negocios de Petróleos de Venezuela, S.A.*

E, finalmente, o artigo 312 que prevê o direito do Estado sobre toda a atividade petroleira:

> *Artigo 312. El Estado se reserva, mediante la ley orgánica respectiva, y por razones de conveniencia nacional, la actividad petrolera y otras industrias, explotaciones, servicios y bienes de interés público y de carácter estratégico. El Estado promoverá la manufactura nacional de materias primas provenientes de la explotación de los recursos naturales no renovables, con el fin de asimilar, crear e innovar tecnologías, generar empleo y crecimiento económico, y crear riqueza y bienestar para el pueblo.*

No mesmo ano da reforma constitucional, Chávez aprovou um novo marco legal para o setor energético, a "*ley de hidrocarburos gaseosos*", que entrou em vigor no ano seguinte. Com a nova legislação, foi criado um meio-termo entre o marco legal do período da "*apertura petrolera*" e o período mais nacionalista da década de 1970 (MOMMER, 2002). Segundo Araque (2002, p.196) as alterações promovidas pelo

governo Chávez visam a quebrar o caráter de enclave que historicamente teve a indústria petroleira, mesmo depois da nacionalização, uma vez que a nova lei colocaria o setor nacional, não apenas no papel de coadjuvante, mas na linha de frente da atividade.

Para prosseguir com as reformas, já com respeito à lei ordinária, o Congresso outorgou, em dezembro de 2000, poderes especiais ao presidente da República, através das chamadas leis habilitantes. Através delas, o executivo conseguiu aprovar outras medidas em um total de 49 decretos emitidos, com as novas normas para o setor energético. Em Dezembro de 2001, ocorreu uma revisão da *Ley de Impuesto sobre la renta* incidindo, principalmente, sobre o setor energético. Também no mesmo ano, entrou em vigor a "*ley de Hidrocarburos líquidos*" (MOMMER, 2002). Basicamente, esta reforma se caracterizou por recolocar o Estado como acionista majoritário do setor garantindo-lhe a exclusividade em atividades mais rentáveis, conforme ilustram alguns de seus artigos.

No artigo 10 da nova lei, o Estado reservou a si mesmo o monopólio das atividades primárias, desde a exploração até a fase de armazenamento de petróleo.

> *Artículo 10. Las actividades relativas a la exploración en busca de yacimientos de los hidrocarburos comprendidos en esta Ley, a la extracción de ellos en estado natural, a su recolección, transporte por vías especiales y almacenamiento inicial, se denominan actividades primarias. Las actividades primarias indicadas, así como las relativas a las obras que su manejo requiera, quedan reservadas al Estado en los términos establecidos en esta Ley*."(VENEZUELA. Sección lll, de las Actividades primarias, Ley Orgánica de hidrocarburos de 2001)

Pelo artigo 18, definem-se as modalidades sob as quais poderá o Estado realizar essas atividades, salientando que sua participação nos dividendos deve ser maior do que a destinada ao capital privado:

> *Artículo 18. Las actividades primarias indicadas en el artículo 10, podrán ser realizadas por el Estado, ya directamente o mediante empresas de su exclusiva propiedad. Igualmente podrá hacerlo mediante empresas mixtas en las cuales tenga control de sus decisiones, por mantener una participación mayor del cincuenta por ciento (50%) del capital social. Las empresas que se dediquen a la realización de actividades primarias se denominan empresas operadoras*."(VENEZUELA. Ley Orgánica de hidrocarburos de 2001).

O artigo 49 dessa lei prevê o caminho legal a ser percorrido para que as empresas do setor possam exercer aquelas funções:

> *Artículo 49. Las empresas para ejercer las actividades industriales con hidrocarburos naturales, deberán obtener la correspondiente Licencia del Ministerio de Energía y Minas, quien podrá otorgarlas previa definición del correspondiente proyecto y conforme a lo establecido por esta Ley y su Reglamento."* (VENEZUELA. Ley Orgánica de Hidrocarburos de 2001)

Os impostos devidos e as chamadas *regalias* destinadas ao Estado foram definidos no artigo de número 40:

> *Artículo 40. De los volúmenes de hidrocarburos extraídos de cualquier yacimiento, el Estado tiene derecho a una participación de treinta por ciento (30%) como regalía*."(VENEZUELA. Ley Orgánica de hidrocarburos de 2001).

O controle estatal não é um impedimento para que empresas privadas, estrangeiras e nacionais, participem das atividades do setor petrolífero, através de *joint-ventures*, embora a participação do capital privado nacional seja especialmente incentivado a participar, conforme previsto no seguinte artigo:

> *Artículo 14. El Ejecutivo Nacional adoptará medidas que propicien la formación de capital nacional y la participación del mismo en las actividades señaladas en esta Ley, así como aquellas necesarias para que los bienes y servicios de origen nacional concurran en condiciones de transparencia y no desventajosas en el desarrollo de proyectos relacionados con las indicadas actividades."*
> (VENEZUELA. Ley orgánica de hidrocarburos de 2001)

Estas mudanças promovidas no marco legal petroleiro foram fundamentais para garantir maior renda para o Estado venezuelano e, assim, maiores recursos para as políticas sociais postas em marcha pelo governo. Se até 2001, o foco ainda era a recuperação da economia, a partir do *Plan Bolívar* e do *Plan Nacional de Desarrollo* lançados naquele ano, a ênfase passou a ser posta nos programas de política social compensatória. Entre 2002 e 2004, houve significativo aumento dos gastos sociais, grande parte deles destinados para programas do governo.

> *The Chávez government benefitted from the rise in world oil prices, which increased government revenues and sparked an economic boom. As a result, Chávez was able to increase government expenditures on anti-poverty and other social programs associated with his populist agenda. In April 2008, the government approved a measure that taxes foreign oil companies 50% when crude oil is $70 a barrel, and 60% when oil exceeds $100 a barrel. The rapid decline in the price of oil since 2008 has reduced government revenue considerably* (SULLIVAN, 2009:40).

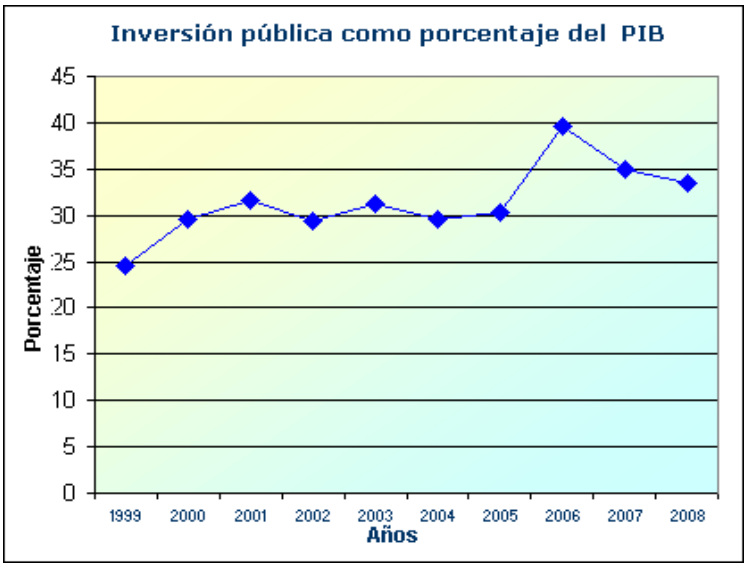
Essa política, baseada em forte centralização dos recursos, se intensificou entre 2004 e 2005, quando o chavismo aumentou seu controle do legislativo, em parte devido à abstenção da oposição nas eleições (BANKO, 2006,p.176).

> *Because of the opposition boycott, pro-Chávez parties won all 167 seats in the National Assembly, with 114 going to the President's Fifth Republic Movement (MVR) and the remaining 53 going to smaller pro-Chávez parties as well as to independents and representatives of some social groups that support the government. The voter participation rate was low and estimated at 25%, or 2.9 million voters out of an electorate of 14.5 million. Legislators were elected for five year terms that began on January 5, 2006. In the previous National Assembly, which had 165 members, pro-Chávez supporters controlled 86 seats, while opposition parties controlled 79. In the lead-up to the December 2005 election, observers predicted that the opposition would struggle to win one-third of the seats in the Assembly and that the pro-Chávez parties would win a two thirds majority control of the legislature. The opposition's boycott guaranteed that pro-Chávez supporters will completely control the legislative branch* (SULLIVAN, 2009,p.08).

Considerando o período 1998-2006, o gasto social per capita, em termos reais e uma vez ajustada a inflação, tem aumentado 170 por cento, sem incluir o gasto social

feito pela PDVSA (Petróleos de Venezuela), o qual foi 7.3 por cento do PIB em 2006. No total, o gasto social alcançou 20.9 por cento PIB em 2006, no mínimo 314 por cento mais do que em 1998 (WEISBROT & SANDOVAL, 2007:3). Informações complementares sobre inversão pública em gastos sociais pelo governo, na última década, podem ser vistas no seguinte gráfico.

Gráfico: Inversão pública em gastos sociais de 1999-2008 (porcentagem do PIB)



Fonte: Sistema Integrado de indicadores sociales de Venezuela. Ministerio Del Poder Popular de Planificación. 2011. Diponível em: http://www.mppef.gob.ve/

O uso do petróleo para atingir os objetivos da Revolução Bolivariana fez ressurgir uma velha idéia que povoa o imaginário político venezuelano, desde o início do século XX, o de *sembrar el petróleo* (semear o petróleo). Nos períodos marcados pela bonança petroleira, o crescimento econômico teve impacto positivo para a renda *per capita*, mas, efetivamente, não foi capaz de resgatar a dívida social, nem de superar as desigualdades sociais e a concentração de renda. O regime de Chávez buscou mudar essa herança firmada ao longo do período do *Pacto de Punto Fijo*, através da aplicação de considerável parcela da renda petroleira em programas sociais. Essa estratégia fez diminuir a pobreza de seu ponto mais alto de 55,1 por cento em 2003, para 30.4 por cento em 2006 e passou a se constituir em plataforma de sustentação política e de legitimidade do regime (IBID, p.3).

Dentre as principais iniciativas que se valem de recursos provenientes do petróleo, cabe destacar o *Fondo para el Desarrollo Económico y Social del País* (Fondespa), o *Fondo de Desarrollo Nacional* (Fonden), o projeto *Desarrollo Endógeno* e o projeto *Misiones*. O Fondespa é uma iniciativa governamental, aprovada em 2004 pela direção executiva da PDVSA. Trata-se de um fundo criado entre a estatal petroleira e o *Banco de Desarrollo Social* (Bandes) com o intuito de assegurar o financiamento de atividades produtivas que visem a integrar o setor petroleiro ao conjunto do sistema industrial. Através do uso de recursos excedentes, estão previstas a execução de

programas, obras, bens e serviços destinados a melhoria da infra-estrutura e da qualidade de vida da população.

Tabela: Contribuições recebidas pelo Fondespa 2004-2006 (em milhões de dólares americanos)

Anos	**Contribuição efetuada**	**Concedido pelo Executivo nacional**	**Execução acumulada para 2007**
2004	2000	2000	1874
2005	2000	2000	1847
2006	229	229	-
Total	4229	4229	3721

Fonte: Aportes de PDVSA al FONDESPA.2009. http://www.pdvsa.com/

Em 2005, foi criado mais um fundo com os recursos provenientes do petróleo venezuelano, o *Fondo de Desarrollo Nacional* (FONDEN), destinado para financiar projetos de infra-estrutura, produção e desenvolvimento social. Sua criação foi possível a partir da realização de uma reforma no Banco Central Venezuelano (BCV), já que a partir de então ficou determinada a forma pela qual a PDVSA destinaria recursos àquele fundo:

> *La Reforma a la Ley del Banco Central de Venezuela (BCV) entró en vigencia el 20de julio de 2005, contemplando un nuevo régimen para las transacciones de PDVSA en moneda extranjera. De acuerdo con este nuevo régimen, PDVSA sólo está obligada a vender al BCV los ingresos en moneda extranjera necesarios para satisfacer sus obligaciones en moneda local. Los montos restantes en moneda extranjera, pueden ser mantenidos por PDVSA para satisfacer las obligaciones e inversiones en moneda extranjera. Cualquier monto en exceso a lo descrito anteriormente, debe ser transferido por PDVSA al Fondo de Desarrollo Nacional (FONDEN), ente creado por el Ejecutivo Nacional el 8 de septiembre de 2005, con el objetivo de apoyar los proyectos sociales de inversiones real productiva, la educación, la salud, la atención a situaciones especiales, y el mejoramiento del perfil y saldo de la deuda pública externa"* (PDVSA, 2009[10]).

As contribuições da PDVSA ao FONDEN chegaram a 15.141 milhões de dólares entre 2005 e 2007, segundo informações disponibilizadas pela estatal venezuelana[11]. A partir de 2008, com a publicação da *Ley de Contribución Especial sobre Precios Extraordinarios del Mercado Internacional de Hidrocarburos,* o Fonden ainda passou a contar com uma contribuição especial a ser paga mensalmente pelos exportadores, ou mesmo, transportadores de hidrocarbonetos líquidos e seus derivados. Outras empresas filiadas a Petróleos de Venezuela, como a Palmaven, também realizam inversões em políticas sociais do governo, voltadas principalmente para criação de "núcleos de desenvolvimento" em pequenas localidades. Apenas entre 2004 e 2005, quando teve início o projeto, a Palmaven destinou 76.500 milhões de bolívares, segundo informações oficiais, para criar novos núcleos e consolidar os já existentes.

---

[10] Este trecho foi extraído das informações contidas no site da PDVSA sobre o Fonden em 05 de Outubro de 2009.

[11] Informações sobre o Fonden disponíveis no site www.pdvsa.com. Acesso em 05 de Outubro de 2009.

Sem embargo, de todos os programas e projetos de desenvolvimento sócio-econômico empreendidos pelo atual governo, as "*misiones*" são os de maior visibilidade e área de atuação mais abrangente. Estima-se que, entre 1999 e 2009, foram criadas vinte e nove missões nas mais diversas áreas como educação, saúde, energia, cultura, alimentação, meio-ambiente. Seguramente, as de maior destaque são as missões *Mercal*; *Barrio Adentro*; *Milagro; Cristo; Revolución Energética; Ribas; Robinson*.

A "*Misión Mercal*" foi criada, em 2004, com o intuito de disponibilizar produtos alimentícios de primeira necessidade a baixo custo. Para tanto, foi criada uma rede pública de supermercados que, além de vender esses produtos, subsidia pequenos produtores e programas de economia social. Em 2009, o Ministro do Poder Popular para a Alimentação, Félix Osório, em declaração à Agência Bolivariana de Notícias, assegurou que o governo havia distribuído naquele ano 1.331.354 toneladas de alimentos a preços acessíveis. O número de lojas em todo o país que ofereciam alimentos a preços subsidiados já chegava, em 2006 a 15.726, e os programas especiais direcionados para a população em extrema pobreza beneficiavam esse ano uma média de 67% e 43% da população, em 2005 e 2006, respectivamente. Isto sem incluir os 1.8 milhões de crianças assistidas pelo programa escolar, contra 252.000 em 1999 (WEISBROT & SANDOVAL, 2007,p.9).

Na área da saúde, destacam-se as três missões que formam a "*Barrio Adentro*" cujo objetivo é facilitar o acesso da população carente aos serviços básicos de saúde. Desde sua implementação, a "*Misión Barrio Adentro l*" contou com a participação de médicos cubanos. O programa consiste na criação de clínicas populares em locais de difícil acesso a serviços hospitalares. Além disso, nas etapas seguintes do programa, foram criados novos centros de diagnóstico e alguns hospitais foram modernizados. Já a "*Misión Milagro"*, um projeto de cooperação entre Cuba e Venezuela, tem como foco o diagnóstico e tratamento de problemas de visão de menor complexidade. Os resultados foram notáveis: em 1998 havia 1.628 médicos para primeiros auxílios para uma população de 23.4 milhões. Em 2008, a relação era de 19.571 para uma população de 27 milhões. Em 1998 havia 417 salas de emergência, 74 centros de reabilitação e 1.628 postos de saúde, uma década mais tarde eram 721 salas de emergência, 445 centros de reabilitação e 8.621 postos de saúde (Ibidem, 2007,p.9).

A área educacional conta com a "*Misión Ribas*" que procura reduzir a evasão escolar, garantindo continuidade de estudos do ensino primário, médio e profissionalizante, além das "*Misiones Robinson*", que consistem em um amplo programa de alfabetização de adultos através de método criado por uma educadora cubana. Por fim, destaca-se a "*Misión Negra Hipólita*", executada pelo Ministério de Participação Popular e Desenvolvimento Social, com o objetivo de resgatar jovens em situação de risco e inseri-los na escola e no mercado de trabalho.

Ano após ano, os gastos sociais do governo foram aumentando tendo um impacto positivo para os indicadores sociais e, conseqüentemente, para a base de sustentação do regime.

> *Cabe resaltar algo muy importante: los gastos sociales en Venezuela se han incrementado desde 1999, aunque la renta petrolera per capta durante el actual gobierno haya sido — por lo menos hasta mediados de 2005 — inferior que las cinco administraciones anteriores (...). Durante aquel año, para recibir los valores reales equivalentes a 1974, el barril debería costar 73 dólares y en realidad costaba menos de 40 dólares. Aun así, el gasto social aumentó del 8,2% para el 13,6% del PIB entre 1998 y 2006. Por lo demás, si se toman en cuenta los aportes realizados por PDVSA, los gastos sociales alcanzan el 20,9% del PIB y en términos per cápita representaron un incremento del 314% sobre el año 1998"* (SEVERO, 2009, p.106).

Com maiores gastos sociais, os indicadores sócio-econômicos como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) melhoraram no país nos últimos anos:

> *El último resultado divulgado por el PNUD, referente al año 2006, demuestra que en Venezuela el IDH se ubicó en 0,826, mientras en 2004 fue de 0,810 y en 2000 fue de 0,776 (...) Es muy interesante observar en los datos del PNUD que el IDH de Venezuela ha crecido mucho más que el de otros países exportadores de petróleo. Otra información muy importante: el Informe de Desarrollo Humano 2007-2008 del PNUD demuestra que, entre 1975 y 1980, período de intensa bonanza petrolera, el IDH de Venezuela aumentó solamente de 0,723 para 0,737. Dichos comentarios fortalecen la argumentación según la cual el país ha frenado el drenaje de recursos petroleros hacia el exterior, utilizando la renta del petróleo para invertirla, "sembrarla internamente."* (SEVERO, 2009,p.114)

Conclusões

Para perseguir alguns de seus objetivos políticos e realizar um governo que se afastasse do modelo neoliberal, também se distanciando dos governos do regime *puntufijista*, Chávez levou a cabo uma série de importantes reformas políticas. A partir disso, foi possível alterar o marco legal que regulava o setor petroleiro, com o intuito de garantir maior participação do Estado no setor e maiores dividendos para o setor público. Com estas mudanças foi possível garantir que mais recursos fossem destinados para programas sociais governamentais, uma das principais bandeiras da Revolução chavista.

Em um período marcado por forte crise política, os investimentos na área social foram fundamentais para a legitimação do regime junto às camadas populares e contribuíram para garantir as condições de governabilidade. Em um momento em que o chavismo precisa se reinventar após a morte de seu líder, a continuidade do projeto depende, em grande medida, dos compromissos criados com sua base aliada e a população, principalmente, com aqueles que temem que o legado de Chávez esteja comprometido.

Referências Bibliográficas:

ALVAREZ, Angel. Social Cleavages, political polarization and democratic Breakdown in Venezuela. In: LANDER, Richard. Política y Sociedad en la Venezuela del Chavismo. Stockholm Review of Latin American Studies. Issue n 1, Nov 2006.

ARAQUE, Ali Rodriguez (2002). La Reforma Petrolera Venezolana de 2001. Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales, vol.8, n.2. pp.189-200.

ARGUERO, Felipe (1993). Las fuerzas armadas y el debilitamiento de la democracia venezolana. IN : INSTITUTO VENEZOLANO DE ESTUDIOS SOCIALES Y POLÍTICOS. Venezuela: la democracia bajo presión. SERBIN, Andres; STANBOULI, Andrés; MCCOY, Jennifer; SMITH, William (Ed.). North-South Center, University of Miami. Editorial Nueva Sociedad. Caracas.

BANKO, Catalina (2008). De la descentralización a la nueva geometria del poder. Revista Venezolana de Economía y ciencias sociales, vol. 14, n 2, Mai-Ago, pp. 167-184. Caracas.

CIVIDANES,Jorge-Lazo (2004). A bout de souffle: le référendum présidentiel et l'avenir de la démocratie au Venezuela. La Chronique des Amériques. N. 22. Observatoire des Ameriques. Montreal.

COMBELLAS, Ricardo (2004). El poder ejecutivo en la constitución de 1999. Anuário Ibero americano de Justicia Constitucional, n 8.

DIJOHN, Jonathan (2004). The political economy of economic liberalization in Venezuela. Working Paper nº 46. Crisis States programme development research centre. LSE.

FLORES, Fidel; COELHO, André; FILHO, Clayton (2010). Teoria democrática, representação e instituições participativas na Bolívia, Equador e Venezuela. 7º Encontro da ABCP. Recife.

Garreton, Antonio Manuel; Cavarozzi, Marcelo; Cleaves, Peter; Gereffi, Gary, Hartlyn, Jonathan. América Latina no século XXl. FGV.2007

GUADILLA, Maria Pilar Garcia (2006). Organizaciones sociales y conflictos en una sociedad polarizada: las dos caras de la democracia participativa en Venezuela. América Latina hoy, Abril, ano/vol. 42. Universidad de Salamanca. PP 37-60.

GOTT, Richard (2005). Hugo Chávez and the Bolivarian Revolution. Ed. Verso. London.New York.

HELLINGER, Daniel (2006). Tercermundismo and chavismo. In: LALANDER, Richard. Política y Sociedad en la Venezuela del chavismo. Stockholm Review of Latin American studies. Issue n 1. Nov.

HELLINGER, Daniel (2007). When no means yes to Revolution: electoral politics in Bolivarian Venezuela. In: ELLNER, Esteve; TINKER, Salas. Venezuela: Hugo Chavez and the decline of an exceptional democracy. Lahan. Latin American perspectives in the classroom. Rowman e Littlefield publishers.

KARL, Terry Lynn (1997). The paradox of plenty: oil, booms and petro-states. University of California Press. Berkeley.

KOZLOFF, Nikolas (2007). Hugo Chavez: Oil, politics, and the challenge to the U.S. New York. Palgrave McMillan.

LANDER, Edgardo (2007). Venezuelan social conflict in a global context. In: ELLNER, Esteve; TINKER, Salas. Venezuela: Hugo Chavez and the decline of an

exceptional democracy. Lahan. Latin American perspectives in the classroom. Rowman e Littlefield publishers.

MARINGONI, Gilberto (2008). A Revolução Venezuelana. Revoluções do século XX. Editora Unesp. 2008.

MCCOY, Jennifer. Venezuela: Crisis de Confianza? in: INSTITUTO VENEZOLANO DE ESTUDIOS SOCIALES Y POLÍTICOS. Venezuela: la democracia bajo presión.

MENDES, Ana Irene; MORALES, Elda (2001). La democracia venezolana desde el discurso político de los líderes tradicionales. Utopía y praxis latinoamericana, sep., año/vol. 6, n 14, universidad de Zulia, Maracaibo, Venezuela, pp. 9-39.

MENDES, Valdenésio Aduci. Articulação entre democracia representativa e participativa à luz da democracia Venezuelana. Doutorado sociología política UFSC.

MOMMER, Bernard (1996). Integrating the Oil: a structural analysis of Petroleum in the Venezuelan economy. Latin American perspectives. Vol. 23, n3, Postbonanza Venezuela. PP. 132-158.Summer.

MOMMER, Bernard (2009). Plena Soberanía Petrolera. Ciclo de Conferencias "El otro lado del arbitraje internacional de inversiones". Ministerio del Poder Popular para la energía y Petróleo. PDVSA. Caracas..

MORAES, Wallace dos Santos (2010). Por que Chávez chegou ao poder e como permanece por mais de uma década? Um balanço dos onze anos de chavismo na Venezuela. Analise de Conjuntura. N 4. OPSA/IUPERJ.

PEREIRA, Marcus Abílio;CARVALHO, Ernani (2008). Boaventura de Sousa Santos: Por uma nova gramática do Político e do social. Lua Nova. São Paulo, n 73, pag 45-58.

PUENTE, Jose Manuel; GOMEZ, Pavel; VERA,Leonardo (2009). The Political economy of produtivity: the case of Venezuela. Instituto de Estudios Superiores de Administración.

SERBIN, Andres; STANBOULI, Andrés;MCCOY, Jennifer; SMITH, William (ed.). (1993).North-South Center, University of Miami. Editorial Nueva Sociedad. Caracas.

SEVERO, Luciano Wexell (2009). Venezuela: los diez anõs de gobierno Chávez y el desafio de sembrar el petróleo. Oikos. Vol. 8, n.1, Rio de Janeiro.

SULLIVAN, Mark (2009). Venezuela Political conditions and U.S. Policy. Congressional Research Service.

VENEZUELA (1999). Constituição da República Bolivariana da Venezuela. Georgetown Political Data Base of Americas. Disponível em: <pdba.georgetown.edu>

VENEZUELA (2001). Ley orgánica de hidrocarburos. disponível em: < http://www.soberania.org/Documentos/Ley_de_hidrocarburos.htm>

WEISBROT & SANDOVAL (2008). Update the Venezuelan economy in the Chávez years. Center for Economic and Policy Research.